

Paternidade disputada

Ricardo Mendes

Da equipe do Correio

O vírus da polêmica volta a contaminar o maior orgulho do governo Cristovam Buarque — a Bolsa-Escola.

Premiada pela Unesco, atrai o interesse não só dos petistas, mas também de políticos conservadores como o prefeito eleito de Recife, Roberto Magalhães (PFL).

Em Brasília, a Bolsa diminuiu algo além da evasão escolar. Reduziu também a resistência à idéia entre os políticos que hoje estão no PMDB e que apoiaram o senador Valmir Campelo (PTB) na última eleição governamental.

Mais de uma vez, Campelo chamou de demagógica a proposta do candidato Cristovam de pagar salário mínimo a famílias pobres que mantivessem na escola todos os filhos com idade entre 7 e 14 anos.

Agora, o líder do PMDB, deputado Luiz Estevão, quer aprovar projeto que transforma em lei o programa criado pelo decreto 16.270 de 11 de janeiro de 1995.

O governo reclama que Estevão

quer elevar para até R\$ 500 a renda das famílias candidatas ao benefício, o que o inviabilizaria. Além disso, se queixa porque o projeto dele reduz de 90% para 75% a frequência que o aluno deve manter para ter a bolsa.

As duas alterações estão no projeto de Estevão, mas a Câmara deverá votar o texto acrescido de emendas de deputados do próprio PMDB. A assessoria de Estevão já distribui o texto do projeto com as emendas.

Emendado, o projeto mantém a renda per capita máxima de meio salário mínimo e a frequência de 90%. Resta uma mudança em relação ao decreto: para receber a bolsa, o aluno terá de ter rendimento "satisfatório", referendado pelo Conselho de Classe. No original, o recebimento do benefício não depende do boletim.

Com as emendas, o texto de Estevão não representa uma ameaça ao programa, ao contrário do que divulga o governo. A ameaça é outra: o deputado poderá virar uma espécie de pai adotivo da Bolsa. Isso basta para causar choro e ranger de dentes no Palácio do Buriti.